

A propriedade de escravizados em um distrito de Minas Gerais no século XIX: Nossa Senhora de Nazaré, 1831-1872

Tarcísio R. Botelho

Professor do Departamento de História da UFMG

Resumo: O propósito do trabalho é analisar a interação entre a participação da província de Minas Gerais no tráfico de africanos escravizados e a possibilidade do crescimento natural da população cativa explorando o caso específico do distrito de Nossa Senhora de Nazaré, situado em uma das regiões economicamente mais dinâmicas da província mineira, o termo de São João Del Rei. O pequeno distrito apresentava uma invulgar concentração de cativos e de africanos escravizados na primeira metade do século XIX, e conseguiu manter um elevado percentual da sua população submetida à escravidão até a sua abolição. O trabalho descreve inicialmente a ocupação do distrito e as características gerais de sua população no século XIX. Em seguida, apresenta aspectos da população cativa evidenciando suas peculiaridades no que diz respeito à concentração da propriedade e à presença de africanos, estabelecendo comparações com distritos selecionados de Minas Gerais, representativos de outras realidades socioeconômicas. A singularidade de Nazaré é articulada com as suas características econômica e com as discussões mais gerais sobre a demografia da população cativa em Minas Gerais, observando tanto o peso do tráfico de africanos escravizados quanto a possibilidade da reprodução natural do contingente mancipio, conectando tal realidade com algumas discussões contemporâneas sobre o escravismo do século XIX, notadamente a ideia de uma “segunda escravidão”.

Palavras-chave: Escravidão; Demografia; Minas Gerais; Século XIX.

Área temática: **HISTÓRIA ECONÔMICA, DO PENSAMENTO ECONÔMICO E DEMOGRAFIA HISTÓRICA**

A propriedade de escravizados em um distrito de Minas Gerais no século XIX: Nossa Senhora de Nazaré, 1831-1872

Tarcísio R. Botelho (UFMG)

INTRODUÇÃO

A escravidão em Minas Gerais no século XIX foi alvo de um importante debate historiográfico a partir da década de 1980. As questões econômicas e demográficas em torno da população escravizada na província e sua trajetória ao longo do século seguiram alguns rumos principais. Um primeiro aspecto foi a caracterização da economia mineira como dinâmica e diversificada, fugindo da visão tradicional de estagnação e involução econômica após a decadência da mineração no século XIX. Nesse sentido, já se consolidou a perspectiva de que a economia provincial conheceu um crescimento apoiado no mercado interno e no abastecimento de regiões vizinhas, notadamente a Corte e a província do Rio de Janeiro. Um segundo aspecto refere-se à sua dinâmica demográfica, sobretudo da sua população escravizada. A primeira constatação foi a de que esse segmento populacional não apenas continuou a crescer como garantiu a Minas Gerais o posto de maior contingente cativo entre as províncias imperiais. A isso seguiu-se a necessidade de se explicar tal processo, enfatizando-se de um lado o crescimento natural e de outro a continuidade da importação de cativos. Tais perspectivas ocupavam inicialmente lados opostos no debate, mas também construiu-se uma terceira visão em que ambos os processos se combinavam para garantir a continuidade da população escravizada em Minas Gerais, apesar da concorrência advinda do dinamismo da região cafeeira do Vale do Paraíba do Sul.

O propósito desse trabalho é explorar um caso específico em Minas Gerais a fim de matizar um pouco mais a dinâmica dessa interação entre a participação da província no tráfico de africanos escravizados e a possibilidade do crescimento natural da população cativa. Pretendo contribuir para a compreensão das formas como as suas diversas regiões solucionaram o problema do uso desse tipo de trabalho compulsório em uma conjuntura marcada pelo seu recrudescimento e posterior desaparecimento. Para tanto, vou abordar um distrito de paz específico, Nossa Senhora de Nazaré, situado em uma das regiões economicamente mais dinâmicas da província mineira, o termo de São João Del Rei. Esse pequeno distrito apresentava uma invulgar concentração de cativos na primeira metade do século XIX, e conseguiu manter um elevado percentual da sua população submetida à escravidão até a sua abolição.

Começo o trabalho descrevendo a ocupação do distrito em questão e as características gerais de sua economia no século XIX. Em seguida, apresento aspectos da sua população cativa evidenciando suas peculiaridades no que diz respeito à concentração da sua propriedade e à presença de africanos. Nesse ponto, estabeleço algumas comparações com alguns distritos de Minas Gerais que considero representativos de outras realidades socioeconômicas. Finalmente, articulo essa singularidade com algumas discussões contemporâneas sobre o escravismo do século XIX, sobretudo a ideia de uma “segunda escravidão”.

O DISTRITO DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ

A região do distrito de N. S. de Nazaré foi das primeiras áreas ocupadas por desbravadores paulistas no que depois seria o território de Minas Gerais. Ainda no século XVII, a captura de indígenas para servirem como escravizados no território da capitania de São Paulo associou-se à busca por ouro, prata e pedras preciosas. A historiografia tradicional sobre Minas Gerais registra a passagem de várias dessas expedições nesse território específico, e a fundação do vizinho arraial de Ibituruna é atribuída à bandeira de Fernão Dias.¹ Quando a região do rio das Mortes abriu-se como nova frente de mineração aurífera, houve a formação mais efetiva de inúmeros arraiais nos locais em que se encontrava o ouro mais superficial.

O momento de fundação do arraial de N. S. de Nazaré é incerto, mas ao que parece os primeiros povoadores chegaram nas primeiras décadas do século XVIII. Atraídos inicialmente pelo ouro que aflorava no córrego dos Cravos e em outros locais dentro da bacia do rio das Mortes, esses descobertos auríferos não se revelaram particularmente abundantes e a exploração aurífera transformou-se rapidamente em uma atividade menor para os que se fixaram definitivamente no território. Portanto, o ouro parece ter sido importante para traçar e fixar o povoamento inicial, mas as atividades econômicas da região voltaram-se precocemente para a agropecuária e o comércio, estimulados pela rápida ocupação do território. Isso caracterizou toda a região do rio das Mortes onde, à medida que avançava o século XVIII, a mineração foi perdendo importância frente à produção de alimentos e às atividades mercantis. Desse modo, em meados do século XVIII a agropecuária já despontava como atividade produtiva principal em toda a zona.²

Não há muitas evidências sobre a ocupação do local. A única carta de sesmária localizada foi concedida a Manuel de Seixas Pinto, Manuel Alves da Fonseca e Manuel Bernardes Roberto “na paragem do Ribeiro Fundo, no caminho da Bituruna” em 21 de setembro de 1725.³ O sesmeiro Manuel de Seixas Pinto teria obtido em 9 de março de 1734 uma provisão do bispo do Rio de Janeiro, Dom Frei Antônio de Guadalupe, para a capela ali construída. O título de freguesia veio apenas em 1841, pela lei 202, transferindo a sede da paróquia de Conceição da Barra para a capela de Nazaré. Essa regalia foi perdida pela Lei 247, de 20 de julho de 1843, que anulou a transferência. Com a Lei 271, de 15 de abril de 1844, houve nova transferência da paróquia, anulada dois anos depois com a Lei 288, de 12 de março de 1844. A Lei 471, de 1º de junho de 1850, elevou o então curato à condição de paróquia, mas em 1865 a Lei 1.247, de 17 de novembro, transferiu a sede da freguesia para a capela de São Gonçalo de Ibituruna. Apenas em 1870 a Lei 1663, de 16 de setembro, trouxe a sede da paróquia definitivamente para o arraial de Nazaré.⁴ Essas informações são importantes porque influem na disponibilidade de dados sobre o local. Muitas vezes temos informações sobre a freguesia, mas é difícil saber quais distritos efetivamente a compõem em determinado momento. Daí do cuidado que se deve ter ao comparar alguns aspectos desse território ao longo do tempo. De todo modo, durante toda a sua existência o distrito de Nazaré pertenceu ao termo da vila, e depois cidade, de São João Del Rei.⁵

Não se tem muitas informações sobre a população do arraial e depois distrito de Nazaré durante o século XVIII e princípios do século XIX porque os dados que surgem

¹ A esse respeito, ver o relato de Vasconcelos (1974).

² Essa descrição da trajetória das atividades econômicas da região baseia-se em Graça Filho (2002), Brugger (2007) e Almeida (2010).

³ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1988, v. 1, p.92-275, e v. 2, p. 104.

⁴ Informações obtidas em Barbosa (1995, p.217-8).

⁵ A evolução da composição do Termo de São João del Rei ao longo do século XIX pode ser vista em Graça Filho (2002, p.35)

geralmente estão incluídos nos de São João Del Rei ou, quando discriminam a localidade, podem estar abarcando também os distritos de Ibituruna e Conceição da Barra.

Os primeiros dados discriminando o distrito aparecem a partir da década de 1820. Nas visitas pastorais de D. Frei José da Santíssima Trindade, ocorridas entre 1821 e 1825, encontramos a primeira referência sobre os habitantes da capela de Nossa Senhora de Nazaré: um total de 1000 “almas” subordinadas à capela (Trindade, 1998, p.238). Em 1831, a lista nominativa dos habitantes do distrito registra um total de 1.531 indivíduos distribuídos por 243 domicílios.⁶ Eram 795 livres e 736 cativos, uma das mais altas taxas de participação de escravizados entre a população de Minas Gerais nesse momento: 48,1%, contra 32,6% para a província como um todo (Rodarte, 2012, p.102).

Johann Jakob von Tschudi registrou um total de 5 mil habitantes na freguesia de Nossa Senhora de Nazaré para o ano de 1862, incluindo, ao que parece, o distrito de Ibituruna (Tschudi, 1998, p.165). Não há, entretanto, a discriminação entre livres e cativos. Nessa mesma data, porém, foi feito um levantamento populacional para a freguesia como um todo que registrou 4.865 pessoas, sendo 3.066 livres e 1.799 cativos, o que revelava que 37% da população local era composta por pessoas escravizadas.

O Recenseamento Geral do Império, que em Minas Gerais ocorreu no ano de 1873, apurou na freguesia de Nossa Senhora de Nazaré um total de 10.102 habitantes. Eram 7.460 livres (3.746 homens e 3.714 mulheres) e 2.642 escravizados (1.473 homens e 1.169 mulheres). Os cativos, portanto, representavam pouco mais de um quarto da população total, novamente um percentual superior ao observado em Minas Gerais como um todo (18,1%) (Rodarte, 2012, p.104) (Tabela 1).

Tabela 1
População do Distrito/Freguesia de N. S. de Nazaré, 1824-1872.

Ano	Total	Livres		Escravos			% Escravos	
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres		Total
1824	1.000							
1831	1.531			795		736	48,1	
1862 ^a	5.000							
1862 ^b	4.865	1.530	1.536	3.066	955	844	1.799	37,0
1873	10.102	3.746	3.714	7.460	1.473	1.169	2.642	26,2

Fonte: 1824: Trindade, 1998, p.238; 1831: Arquivo Público Mineiro (APM), Mapas de População, Cx. 06, Doc. 20; 1862^a: Tschudi, 1998, p. 165; 1862^b: APM, Códice SP 955, Doc. 14; 1872: Recenseamento Geral do Império de 1873.

A POPULAÇÃO ESCRAVIZADA NO DISTRITO DE NAZARÉ

A partir da década de 1830, começamos a ter uma certa abundância de informações sobre os habitantes de Nazaré. A primeira fonte detalhada e rica é a lista nominativa de habitantes de 1831.⁷ Como o foco do trabalho recai sobre a população escravizada, não me deterei em uma exploração mais minuciosa do seu conteúdo. O que chama a atenção é algo já destacado acima: a grande concentração de cativos na

⁶ APM, Relação dos Habitantes do Distrito da Capela de N. S. de Nazareth da Freguesia de N. S. da Conceição da Barra, Termo da Va. de S. João de Elrei, 1831, Mapas de População, Caixa 06, Documento 20.

⁷ Essa fonte é bastante utilizada nos estudos de demografia histórica de Minas Gerais, e podem ser conhecidas em Libby (1988), Rodarte (2012), Paiva (1996), dentre outros.

população total. Quase metade da população (48,1%) era escravizada, enquanto na província como um todo a participação era de um terço (32,6%). Outro aspecto relevante é a distribuição da posse desses escravizados. Entre os 72 proprietários de cativos do distrito, os quatro grandes proprietários controlavam metade desse segmento da população (Tabela 2).⁸ Os donos de pequenas posses (com menos de 10 cativos) representavam mais de 80% dos proprietários mas apenas controlavam 29% dos cativos. As posses médias (entre 11 e 50 cativos) eram quase 13% dos proprietários e controlavam pouco mais de 21% da escravaria do distrito.

Tabela 2
Tamanho das posses de escravizados, N. S. de Nazaré, 1831.

	Domicílios		Escravizados	
	N	%	N	%
1 a 5	47	65,3	111	15,5
6 a 10	12	16,7	94	13,2
11 a 15	4	5,6	48	6,7
16 a 20	3	4,2	56	7,8
21 a 30	2	2,8	50	7,0
31 a 50	0	0,0	0	0,0
51 e mais	4	5,6	355	49,7
Total	72	100,0	714	100,0

Fonte: APM, Mapas de População, Cx. 06, Doc. 20.

Para termos uma comparação sobre a peculiaridade do distrito, apresento a mesma distribuição de tamanho das posses do vizinho distrito de Aplicação do Saco em 1839. As listas nominativas de habitantes de 1838-40 foram realizadas com os mesmos propósitos e as mesmas orientações das listas de 1831-32, e muitas vezes são usadas em conjunto nas análises da demografia do período, portanto assumo que representam realidades demográficas muito semelhantes.⁹ Esse distrito passou a pertencer à freguesia de N. S. de Nazaré, criada e recriada a partir de 1841, e isso tem certo significado nas análises dos dados disponíveis para a segunda metade do século XIX. Em Aplicação do Saco, os cativos eram quase 60% da população total (506 cativos para um total de 862 habitantes), mas não havia grandes proprietários de escravizados e a maior posse detinha 40 indivíduos em cativo (Tabela 3). Os quatro maiores proprietários controlavam menos de 30% da população cativa, enquanto para os pequenos proprietários (até 10 cativos) esse percentual chegava a um quarto dos escravizados. Comparando com os dados do distrito de Nazaré em 1831, o que temos em Aplicação do Saco é um quadro de grande concentração de cativos na população total mas com um predomínio de médios proprietários. E essa parece ter sido a realidade de boa parte da região em torno de São João Del Rei na primeira metade do século XIX.

⁸ Os grandes proprietários seriam aqueles com de mais de 50 cativos; sigo Muaze e Salles (2015, p.16), que os distingue dos megaproprietários, cujas posses ultrapassavam a centenas de escravizados.

⁹ É o caso de Libby (1988) e Rodarte (2012), dentre outros.

Tabela 3
Tamanho das posses de escravizados, Aplicação do Saco, 1839

	Domicílios		Escravizados	
	N	%	N	%
1 a 5	24	48,0	64	12,6
6 a 10	9	18,0	64	12,6
11 a 15	5	10,0	63	12,5
16 a 20	3	6,0	53	10,5
21 a 30	5	10,0	118	23,3
31 a 50	4	8,0	144	28,5
51 e mais	0	0	0	0
Total	50	100,0	506	100,0

Fonte: APM, Mapas de População, Caixa 04, Doc. 31.

Característica marcante da demografia escrava local em 1831 era a forte presença de africanos. Havia 484 escravizados de origem africana em face de 230 de origem brasileira; portanto, 68% dos cativos do distrito tinha origem direta no tráfico atlântico (Tabela 4). Dada a proximidade com o Rio de Janeiro e as conhecidas articulações entre os traficantes desse porto e os comerciantes de São João Del Rei, uma parte significativa desse contingente deve ter desembarcado aí e seguido diretamente para o interior de Minas Gerais.¹⁰ Mas é interessante ver como os africanos tendiam a se concentrar nas grandes posses: quase 60% dos cativos se encontravam aí. Em todas as outras faixas de tamanho de posse de escravizados, os africanos eram menos representados no conjunto de cativos quando comparados ao total possuído nas respectivas faixas. Isso mostra como os grandes plantéis eram os protagonistas principais desse comércio, mas proprietários de todas as dimensões tinham acesso ao mercado de cativos africanos.

Tabela 4
Origem dos escravizados segundo o tamanho das posses de escravizados, N. S. de Nazaré, 1831.

	Africanos		"Brasileiros"		Total	
	N	%	N	%	N	%
1 a 5	68	14,0	43	18,7	111	15,5
6 a 10	50	10,3	44	19,1	94	13,2
11 a 15	24	5,0	24	10,4	48	6,7
16 a 20	29	6,0	27	11,7	56	7,8
21 a 30	29	6,0	21	9,1	50	7,0
31 e mais	284	58,7	71	30,9	355	49,7
Total	484	100,0	230	100,0	714	100,0

Fonte: APM, Mapas de População, Cx. 06, Doc. 20.

Elementos adicionais da dinâmica escravista em Nazaré podem ser observados ao compararmos a concentração da posse de escravizados com outras regiões de Minas Gerais. Selecionei três distritos da província com diferentes trajetórias econômicas e

¹⁰ Sobre as conexões entre Minas Gerais e o porto do Rio de Janeiro no que se refere à compra de africanos escravizados, ver, dentre outros, Fragoso (1992) e Fragoso e Ferreira (2001).

demográficas e, a partir das listas nominativas de 1831, calculei o coeficiente de Gini da concentração da propriedade de escravizados. Escolhi os distritos de Catas Altas do Mato Dentro, Campanha e Montes Claros.

Catas Altas do Mato Dentro foi ocupada ainda na primeira década do século XVIII e teve um rápido crescimento populacional em função da mineração aurífera, atividade que se prolongou por todo o século. Em princípio do século XIX, essa atividade ainda persistia, embora bastante reduzida. Em fins de 1832, entretanto, o juiz de paz do distrito, na introdução à lista nominativa descreveu as atividades econômicas locais da seguinte forma: "se conhece ser bazeada sua industria em criação de gado vacum, cavalari e muar, e na Agricultura mui principalmente de café. Existem somente duas Fabricas mineraes, a do Bananal, e do Pitanguí".¹¹ Era, portanto, um distrito que unia atividades agropecuárias e mineradoras, permitindo à localidade usufruir de uma situação econômica bastante estável.

Campanha também foi ocupada em consequência de descobertos auríferos, mas logo voltou-se para atividades de abastecimento da região central das minas. Com a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, estas características foram reforçadas. Seus moradores cultivavam milho, feijão, arroz, cana, fumo, mandioca, algodão e outros produtos de menor importância, além da criação de porcos, gado vacum e algum cavalari. Muitos destes produtos eram exportados para municípios vizinhos e para a Corte, como o milho, o toucinho, o fumo e outros, sendo vendidos também para São Paulo e municípios de outras regiões de Minas Gerais. Também a criação de muares, o abastecimento dos tropeiros e a produção de equipamentos para as tropas (arreios de couro, artigos de ferro e outros) estavam entre as atividades importantes para a região.¹²

Montes Claros teve sua ocupação ligada às atividades abastecedoras das áreas mineradoras do centro das Minas Gerais. Desde fins do século XVII, quando se estabeleceram as primeiras fazendas de gado na região, até a década de 1730, ela pode manter uma posição privilegiada na criação e comercialização de gado vacum e cavalari para as minas. A partir daí, perdeu espaço para outras áreas, atravessando o restante do século XVIII e primeiras décadas do XIX num estado bastante precário. Apenas por volta da terceira década do século XIX, com a expansão das atividades comerciais no centro e no sul de Minas em função da presença da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, a economia regional revitalizou-se. Por volta da década de 1830, suas principais atividades econômicas estavam ligadas à pecuária, com a exportação de eqüinos e bovinos e seus derivados (couros, solas, queijos). Produzia algodão, tecidos e mantas, além de derivados da cana-de-açúcar (açúcar, aguardente e rapadura).¹³

Foram calculados dois coeficientes de Gini: o primeiro envolve apenas os proprietários de cativo, e o segundo incorpora também os não proprietários (Quadro 1). Esses dois índices representam aspectos diferentes. O primeiro é indicador da distribuição da posse de cativos, seguindo a análise feita até o momento e permitindo uma comparação mais ampliada da observação. O segundo é uma aproximação grosseira do que seria a concentração de riqueza entre a população livre. É grosseira porque o indicador da riqueza abarca apenas os livres e considera apenas a posse de cativos como indicador da riqueza.¹⁴

¹¹ Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, PP 1/10, Caixa 18, Doc. 09.

¹² Veja-se, dentre outros, Lenharo (1979) e Andrade (2008).

¹³ Para uma caracterização da economia norte-mineira, e especialmente de Montes Claros, ver Botelho (1994, p. 36-65).

¹⁴ O cálculo de distribuição da riqueza para a população como um todo é ainda mais complexo porque, para incluirmos a população cativa, teríamos que considerar uma riqueza negativa para eles já que não possuem nem mesmo a si próprio. MATHIAS et ali (2021) traz uma discussão semelhante, porém sobre a desigualdade de renda (não de riqueza) para o período escravista brasileiro considerando que os escravizados teriam uma renda negativa.

O coeficiente de Gini entre proprietários de escravizados era bastante superior no distrito de Nazaré do que em todos os selecionados. Chegava a 0,674, enquanto o segundo distrito com maior índice, Montes Claros, apresentava o coeficiente de 0,547. Apenas como curiosidade (dadas as ponderações feitas acima), deve-se observar como o coeficiente de Gini eleva-se a níveis absolutamente singulares quando se inclui a parcela não proprietária de cativos. Se tomarmos isso como uma *proxy* da distribuição da riqueza, ela encontrava-se extremamente concentrada, chegando ao índice de 0,904 para Nazaré em 1831. Observando o coeficiente de Gini para Nazaré em 1862, doze anos após o fim do tráfico transatlântico de africanos escravizados, vemos que ele continua elevado e seus valores ainda são superiores a qualquer outro dos distritos de 1831. Considero isso como mais uma evidência da capacidade local de manutenção de uma posse concentrada mesmo após o fim do tráfico.

Quadro 1
Coeficiente de Gini, Nazaré e outros distritos, 1831 e 1862

	Proprietários de de escravizados	Todos os domicílios
Nazaré 1831	0,674	0,904
Nazaré 1862	0,573	0,817
Aplicação do Saco	0,520	0,721
Catas Altas do Mato Dentro	0,480	0,883
Campanha	0,512	0,838
Montes Claros	0,547	0,878

Fonte: APM, Mapas de População, Caixa 06, Doc. 20, e Caixa 13, Doc. 03; APM, Seção Provincial, PP 1/10, Caixa 07, Caixa 18; APM, Seção Provincial, Códice SP 955, Doc. 14.

Para o terceiro quartel do século XIX, temos duas fontes de informação sobre a demografia local: a lista de fogos de 1862, que está disponível para poucas localidades de Minas Gerais, e o Recenseamento Geral do Império, realizado na província em 1873. Ambos as fontes trazem os dados por freguesia, o que leva a algumas dificuldades de comparação, conforme assinalado anteriormente. De todo modo, permitem uma visão do que acontece com a localidade após o fim do tráfico atlântico de africanos escravizados. Além disso, o censo de 1872 permite repetir a comparação com Campanha, Catas Altas do Mato Dentro e Montes Claros.

Em 1862, o levantamento populacional da freguesia discrimina os domicílios, e dentro deles considera algumas variáveis, como sexo, condição social e estado conjugal. Essa forma de agregar os dados limita a análise, mas permite ter um novo retrato da posse de cativos em um contexto posterior ao fim do tráfico atlântico de africanos escravizados. O peso da população cativa na freguesia era de 37%. Não temos dados para Minas Gerais como um todo, mas pode-se supor que era um percentual maior do que o conjunto provincial. Ele era ainda superior ao observado para o distrito de Nazaré na década de 1830, quando a província mineira mantinha um terço da sua população em cativo. Certamente o percentual de escravizados diminuiria em Minas Gerais após o fim do tráfico, e o fato da freguesia de Nazaré ainda ter um percentual de pessoas em cativo próximo dos dois quintos da população local deve ser interpretado como uma capacidade de reter cativos na conjuntura pós-tráfico atlântico maior do que o conjunto da província.

Na distribuição da posse de cativos (Tabela 5), observa-se uma certa desconcentração, embora isso possa ser parcialmente atribuído ao fato de agora contarmos com um levantamento da freguesia, e não do distrito. Conforme enfatizei acima, a freguesia sofreu diversas modificações ao longo do século XIX, mas sempre incluiu mais de um distrito de paz. Pelo que se observou para Aplicação do Saco em 1839, pode-se dizer que esses outros distritos tendiam a possuir uma menor concentração da posse de cativos, embora com grande percentual de pessoas escravizados na população total.

Observando-se a distribuição do tamanho da posse de cativos na freguesia, os quatro grandes proprietários locais agora detinham quase 16% dos escravizados. Os pequenos proprietários (1 a 10 cativos) continuavam a ser mais de 80% do total, mas eles controlavam 42% das pessoas em cativeiro na freguesia. E as posses médias (entre 11 e 50 cativos) eram quase 17% dos proprietários, controlando 42% da escravaria do distrito. Portanto, a perda de espaço dos grandes proprietários deu-se sobretudo em favor dos médios proprietário, embora os pequenos também tenham ganhado participação. Lembrando-se, todavia, da ressalva de que esses dados se referem à freguesia, e não apenas ao distrito, eles devem ser encarados muito mais como pistas para compreender a dinâmica da posse escravista no contexto de crise do trabalho compulsório escravizado.

Tabela 5
Tamanho das posses de escravizados, N. S. de Nazaré, 1862.

	Domicílios		Escravizados	
	N	%	N	%
1 a 5	165	64,5	402	23,6
6 a 10	45	17,6	318	18,7
11 a 15	29	11,3	361	21,2
16 a 20	4	1,6	72	4,2
21 a 30	5	2,0	132	7,7
31 a 50	4	1,6	151	8,9
51 e mais	4	1,6	268	15,7
Total	256	100,0	1704	100,0

Fonte: APM, Seção Provincial, Códice SP 955, doc. 014.

Para 1873, os dados vêm em tabelas publicadas pela Diretoria Geral de Estatística. Portanto, não há a possibilidade de se fazer cruzamentos das informações por domicílios, apenas utilizar o que já foi disponibilizado nas tabelas de divulgação do censo. Mesmo assim, as possibilidades de comparação são muito interessantes. Na Tabela 6, apresento a população, os fogos, a média de escravizados por fogos e os escravizados africanos. Nazaré apresentava a maior população total entre as freguesias (ao lado de Montes Claros, de extensão territorial muito superior) e o segundo maior percentual de cativos na população total. Apenas Catas Altas contava com um percentual superior, já que estava vivendo um momento de revitalização da mineração aurífera. Isso se refletia na média de escravizados por fogos, que era bastante superior em Catas Altas (5,7 indivíduos). Nazaré aparecia como segundo maior média (1,8 indivíduos), significativamente acima dos demais. Olhando os africanos escravizados remanescentes nesse momento, já distante duas décadas do fim do tráfico atlântico, vê-se que o percentual em Nazaré é significativo (8,8 %), embora inferior a Campanha e Montes Claros. De modo diverso ao observado no conjunto de cativos, o menor percentual de africanos estava em Catas Altas (0,8%).

Esses dados permitem dizer que a localidade manteve uma presença cativa importante, conseguindo manter em alguma medida as suas escravarias na conjuntura mais desfavorável a isso aberta com o fim do tráfico atlântico. Apontar algumas das características de sua dinâmica econômica que podem explicar isso, ainda que de modo exploratório, é o objetivo da próxima seção.

Tabela 6
População e fogos, Nazaré e freguesias selecionadas, 1873.

	População				Total	Fogos N	Escravidos		
	Livres		Escravos				Escravidos por fogo	Escravidos africanos	
	N	%	N	%				N	%
Nazaré	7460	73,8	2642	26,2	10102	1498	1,8	233	8,8
Catas Altas do Mato Dentro	5163	70,4	2171	29,6	7334	379	5,7	18	0,8
Campanha	6023	79,8	1523	20,2	7546	1210	1,3	165	10,8
Montes Claros	8821	87,3	1280	12,7	10101	1126	1,1	164	12,8

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872.

DEMOGRAFIA ESCRAVA E DINÂMICA ECONÔMICA

Como destaquei anteriormente, embora a motivação para se ocupar o território do que depois seria o distrito de N. S. de Nazaré tenha sido a descoberta de ouro, a mineração aurífera deixou poucos registros porque foi rapidamente suplantada pelas atividades agropecuárias, como de fato veio a ocorrer em toda a região que posteriormente integraria a Comarca do Rio das Mortes. Encabeçada por São João Del Rei, ela logo se voltou para o abastecimento de outras áreas produtoras de ouro, centralizando o comércio dos gêneros alimentícios produzidos na região, mas também servindo de entreposto principal dos produtos importados sobretudo do Rio de Janeiro. À medida que o século XVIII avançou, essa especialização regional se consolidou, assumindo proporções ainda maiores com a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808. A necessidade de responder ao rápido crescimento da demanda por alimentos na cidade fez com que crescesse a importância econômica da região, bem como seu papel político no processo de independência brasileiro.¹⁵

A vizinhança com São João Del Rei e o fato de se situar próximo às estradas para a Corte parecem ter dado ao distrito de Nazaré uma posição privilegiada nesse processo, com a produção agropecuária ganhando relevo ao longo do século XIX. Na lista nominativa de 1831, a ocupação registrada para a grande maioria dos proprietários de cativos estava relacionada com a agricultura. Lavradores, roceiros, criadores de gado e donos de “fábrica de engenho de cana” somavam 38 chefes de domicílios escravistas. A eles podem ser somados sete agregados que, ao que parece, também estavam envolvidos com a agricultura. Havia um único domicílio chefiado por um mineiro, com 5 cativos, o que mostra a presença muito restrita da atividade mineradora no distrito.

Havia um conjunto de atividades artesanais de apoio à própria vida cotidiana dos habitantes do lugar, como três sapateiros, dois carpinteiros, um alfaiate, um curtidor de couros e outro especializado em trançar couros secos. Ao lado disso, encontramos seis fiadeiras, proprietárias de 1 a 3 escravizados, além de uma tecedeira, proprietária de um

¹⁵ Acerca da importância dos comerciantes mineiros no abastecimento do Rio de Janeiro e sua influência no processo político da independência, ver Lenharo (1979).

cativo. Nesse caso, tratava-se provavelmente de uma atividade têxtil cuja produção poderia ser ao menos parcialmente vendida para fora do distrito.

Por último, os serviços eram atividades principais de 11 proprietários. Havia três negociantes, três taverneiros, dois tropeiros, um carreiro, um feitor e o capelão do distrito. Todos eram pequenos proprietários de cativos (até 5) e apenas um taverneiro possuía oito indivíduos escravizados. Considero a ausência de grandes proprietários de cativos entre os proprietários voltados para atividades comerciais como uma evidência de que tratava-se de um comércio local, com os comerciantes de grosso trato estabelecidos em São João Del Rei sendo os responsáveis pela conexão do distrito com as grandes redes mercantis construída a partir do Rio de Janeiro (Graça Filho, 2002).

Os médios e grandes proprietários de escravizados eram pessoas envolvidas com a produção agropecuária. O maior deles, Joaquim José Teixeira detinha 103 cativos e dedicava-se à “fábrica de engenho de cana”. Em seguida, vinha Antônio Leite Ribeiro com 97 escravizados e que “vive de fábrica de engenho de cana”. D. Maria Osória, com 94 cativos, também se dedicava à “fábrica de engenho de cana”. E esses eram os únicos chefes de domicílios envolvidos com a produção de derivados da cana-de-açúcar em todo o distrito. O quarto maior escravista era Floriano Leite Ribeiro, proprietário de 61 escravizados que declarou ser lavrador e criador de gados. Essas grandes posses de cativos eram incomuns para Minas Gerais do século XIX, onde predominavam as pequenas posses e os proprietários de mais de 50 cativos eram raros. Por outro lado, o fato de três desses grandes escravistas serem proprietários de engenho de cana-de-açúcar, provavelmente produzindo açúcar, rapadura e aguardente, reflete a importância que essa atividade tinha no contexto econômico da província, bem como o peso das atividades de abastecimento (Godoy, 2019). Em outras palavras, havia uma conexão clara entre ser grande proprietário de cativos e produzir derivados de cana-de-açúcar. O que podemos interpretar, ainda, como a grande conexão do pequeno distrito com o grande comércio, interno e interprovincial, que caracterizava essa parte da província mineira.

O perfil econômico da localidade aparece em diversos documentos semelhantes encontrados para outros momentos do século XIX. Em 1855, por exemplo, em uma relação de engenhos de cana-de-açúcar solicitada pelo presidente da província à câmara municipal de São João Del Rei aparecem quatro proprietários do distrito de Nazaré, três dos quais com engenhos movidos a água (considerados os mais produtivos) e um com engenho movido a bois, atestando a permanência dessa atividade na região.

Na lista de domicílios de 1862, por sua vez, os maiores proprietários são identificados como lavradores ou fazendeiros. A posse em cativos declinara por conta do fim do tráfico de africanos em 1850, mas ainda havia grandes propriedades escravistas. Mais que isso, o perfil diferenciado de posse concentrada de cativos, quando comparado com o restante de Minas Gerais, permaneceu mesmo após o fim do tráfico. Os oito domicílios com mais escravizados eram chefiados por quatro lavradores e quatro fazendeiros, mostrando como a região continuava capaz de manter seu perfil escravista e como isto estava ligado diretamente à produção agropecuária. As demais ocupações também mantiveram o perfil observado em 1831.

O *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas Geraes* do ano de 1874 registra:

Cultiva-se cana, fumo, algodão, mamona, milho, feijão, arroz, mandioca e todas as demais qualidades de gêneros alimentícios, e já se vai fazendo uso do arado em algumas fazendas.

Fabrica-se açúcar, aguardente, fumo, polvilho, azeite, farinhas, queijo e tecidos de lã e algodão. (Martins, 1874, p.234).

Como conclusão, quero ressaltar novamente que o distrito de Nazaré ao longo do século XIX apresentou um perfil diferenciado em relação ao conjunto de Minas Gerais no que diz respeito à posse de escravizados. Durante a primeira metade do século XIX, a grande concentração de cativos na população total, a disseminação da posse de escravizados entre grande parte dos domicílios, a grande participação de africanos na população cativa e a presença de grandes proprietários escravistas eram uma combinação incomum na província. Essa grande concentração de escravizados, do meu ponto de vista, tem uma relação direta com o acesso ao mercado atlântico de cativos através das conexões que a cidade de São João Del Rei tinha com o porto do Rio de Janeiro. O maior porto importador de africanos escravizados do século XIX representou a manutenção de um mercado abundante e relativamente acessível dessa mercadoria até sua extinção em 1850. E o distrito de Nazaré é um exemplo de como o recrudescimento e a ressignificação do tráfico no século XIX nos marcos da chamada “segunda escravidão” teve repercussões profundas que reverberaram para além das regiões diretamente ligadas às *plantations*.¹⁶

Por outro lado, o fim do tráfico não significou o desmonte imediato do sistema escravista local. O distrito continuou a ter taxas elevadas de participação dos cativos na população local e a presença de grandes propriedades escravistas. Mas a manutenção desse perfil no novo momento do escravismo brasileiro certamente derivou da contribuição da reprodução natural da população cativa. Esse é um tema caro à discussão historiográfica sobre a demografia escrava em Minas Gerais no século XIX e não pretendo recuperar o debate aqui.¹⁷ Considero que a população cativa da província tinha um perfil demográfico compatível com a existência da reprodução natural como elemento importante para a manutenção e mesmo ampliação do conjunto da população escravizada.

Entretanto, o peso do tráfico ou da reprodução natural na manutenção e/ou crescimento da população cativa variou entre as diversas regiões, e mesmo localidades, da província. E a própria combinação entre ambos é algo que deve ser compreendido melhor, inclusive em um nível mais microscópico, tentando captar como diferentes proprietários de escravizados construía estratégias de controle da mão-de-obra cativa sob seu controle. De todo modo, é interessante ressaltar como análises mais gerais, macroscópicas, são importantes para levantar hipóteses a serem testadas em abordagens microscópicas, que por sua vez só podem ser compreendidas voltando-se para a escala mais ampliada de análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquia social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

¹⁶ Sobre o tema da “segunda escravidão”, veja-se especialmente Tomich (2011), Muaze e Salles (2015) e Marquese e Salles (2016)

¹⁷ Os principais autores dessa discussão são Roberto Borges Martins, Francisco Vidal Luna, Wilson Cano, Robert Slenes, Douglas Libby e Clotilde Paiva, dentre outros.

BOTELHO, T. R., *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: USP, 1994 (Dissertação de Mestrado – História Social).

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João del Rei, séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, João L. R.; FERREIRA, Roberto Guedes. Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421, 424 e 425: despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833.. In: BOTELHO, T. R.; SAMPAIO, A. C. J.; CERQUEIRA, A. L. G.; MARQUES, C. E. P.; FAVERSANI, F. (orgs.). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiana: ANPUH-MG, 2001. p. 238-279.

GODOY, Marcelo Magalhães. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio: um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Cedeplar-FACE-UFMG, 2019.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil-1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, Brasília: CNPq, 1988.

MARQUESE, Rafael, SALLES, Ricardo (orgs.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARTINS, A. de Assis. *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do anno de 1874 para servir no de 1875*. Ouro Preto: Typographia de J. F. de Paula Castro, 1874.

MATHIAS, João Felipe C. M. ; SARAIVA, Luis Fernando; GEBARA NETO, Seme; GUIMARAES, Elione S.. Escravidão, renda negativa e desigualdade no Brasil: uma proposta de agenda de pesquisa. In: XXVI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2021, Goiania. Anais do XXVI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. Goiania: Editora da UFG, 2021. v. 1. p. 35-50.

MUAZE, Mariana, SALLES, Ricardo (orgs.). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras, FAPERJ, 2015.

PAIVA, C. A. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: USP, 1996 (Tese de Doutorado – História Social).

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo: domicílios ou famílias do passado – Minas Gerais, 1830*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

TOMICH, Dale. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.

TRINDADE, José da Santíssima Trindade, Dom Frei. *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

TSCHUDI, Johann Jakob von. A província brasileira de Minas Gerais. In: HALFELD, Henrique. *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*: 1º volume. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.